

POR falta de atendimento médico um ambulante agonizou durante horas e morreu no pátio de estacionamento de um hospital da rede de saúde do município do Rio de Janeiro, que dias antes havia desativado outra de suas unidades sem condições de funcionamento. Não longe dali, em um posto do INAMPS, um portador de úlcera duodenal recebia um cartão marcando para setembro a radiografia do seu aparelho digestivo. A poliomielite fez sua reentrada no Nordeste, a malária chegou ao Centro-Oeste com a intenção de ficar e as enfermidades decorrentes da desnutrição e da falta de higiene fazem estragos nos quatro pontos cardeais do país.

Estes e muitos outros fatos de teor semelhante foram notícia, aliás de rotina, na mesma semana em que se anuncjava o desembarque de tomógrafos e mais uma série de moderníssimos equipamentos médicos destinados à rede de saúde oficial. É verdade que a importação foi autorizada ao apagar das luzes do governo anterior. Mas é verdade também que nos altos círculos da atual República não falta quem defende a tese de que as compras desse tipo de material devem continuar. Não há, portanto, entre certos setores responsáveis pela política de saúde, solução de continuidade na pretensão de construir a pirâmide a partir do alto, completando-a com uma base de areia.

Não seria defensável, decerto, querer que o Brasil fique à margem dos avanços da ciência médica e que se prive dos seus modernos recursos para prolongar a vida. Também a população brasileira deve beneficiar-se dos

aparelhos computadorizados que tornam precisos os diagnósticos e das refinadas técnicas que permitem o milagre dos transplantes de órgãos. Mas para isso não é necessário empenhar os sempre insuficientes recursos da previdência — e demais ministérios envolvidos com os programas de saúde — na aquisição e manutenção de equipamentos de custo elevadíssimo. Nem seria razoável fazê-lo enquanto muitos hospitais públicos são literalmente entregues às baratas e freqüentemente os postos do INAMPS não têm com que fazer um simples curativo.

Manda o bom senso que, nas atuais circunstâncias, deixe-se à iniciativa privada a medicina de vanguarda, com as suas exigências de pesado investimento em máquinas, instalações e formação de pessoal. Reserve o poder público os seus recursos em primeiro lugar para erguer ao nível da decência a maior parte do sistema que já opera, cuidando em seguida de expandi-lo até o ponto de responder às mínimas exigências de saúde da população. Para que milhões de brasileiros não continuem a adoecer, incapacitar-se e morrer muito antes do tempo, pedem-se médicos, enfermeiros, hospitais e postos de saúde em condições de atendê-los corretamente, de preferência antes que cada caso seja um caso perdido.

Para recuperar a saúde, necessita-se de medicina barata, preventiva e educativa. Em um país pobre como o Brasil, a pretensão de levar o sistema de saúde pública a competir em tecnologia com a medicina privada é distorção nascida dos sonhos daqueles que, antes de garantir o bem-estar do povo, querem garantir o monopólio do Estado sobre a doença da população.